

- XXI

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O CONTROLE DO
TRABALHO DOCENTE**

Helen Cristina de Oliveira Vieira (UEM)¹³
evanelen@hotmail.com

Renata Franqui (UEM)¹⁴
renata.franqui@hotmail.com

A área temática desse texto situa-se no campo da avaliação de docentes, a qual pode ocorrer de forma direta ou indireta, a partir dos resultados das avaliações externas de desempenho de estudantes em larga escala, tais como: ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Assim, o objetivo é analisar de que maneira as políticas de avaliações externas de estudantes da Educação Básica corroboram para o controle e regulação do trabalho docente, bem como, para sua responsabilização pelos resultados obtidos.

No que se refere à abordagem metodológica utilizada para essa discussão, partimos do pressuposto que a investigação sobre tal questão requer que seja realizada à luz do complexo tecido social em que está inserida, por isso, há necessidade de contextualizá-la em seu aspecto histórico, político, social e econômico.

Avaliação é uma temática amplamente visitada pelos pesquisadores, da mesma maneira, é consenso entre educadores a necessidade de se avaliar desde o desempenho do estudante até a dinâmica de funcionamento da instituição, percorrendo os espaços físicos/materiais e pedagógicos, a fim de reordenar os encaminhamentos metodológicos e ações com vistas a garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes.

A partir da reestruturação da educação desencadeada em 1990 sob o manto da eficácia, a categoria *avaliação* passa a acarretar de maneira imbricada o senso de

¹³ Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, Universidade Estadual de Maringá. E-mail. evanelen@hotmail.com

¹⁴ Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, Universidade Estadual de Maringá. E-mail. renata.franqui@hotmail.com

responsabilização pelos resultados, ou seja, induz cada professor e suas respectivas unidades escolares a responsabilizar-se pelos resultados obtidos por seus estudantes em avaliações externas de grande escala.

De fato, a reestruturação da educação brasileira ocorreu sob orientação de organismos multilaterais que almejavam adequar a educação à lógica do mercado consoante ao modo de produção capitalista, numa perspectiva de ampliar os resultados utilizando menos recursos. Nesse sentido, intelectuais orgânicos do capital reiteradamente buscam conformar nos espaços educativos a cultura da avaliação como a chave para eficácia do sistema educacional. Guiomar Namo de Mello é um exemplo de intelectual que representa tal vertente, em seu livro “Escolas Eficazes: um tema revisitado”, publicado em 1994, discute essa ideia de forma esclarecedora. Assim, afirma:

[...] a eficácia, portanto, ainda que se caracterize por mudanças dentro da escola, para as quais parceria, consenso, objetivos compartilhados, permanente avaliação do aluno e auto-avaliações da escola são indispensáveis, **depende também, em larga medida, de induções externas**. Entretanto, induzir não é prescrever e sim criar condições e **estímulos** que favoreçam o aparecimento da cultura do sucesso que supostamente seria pré-requisito para melhorar a eficácia. Dentre os **inúmeros mecanismos de indução, a avaliação externa de resultados de aprendizagem pode ser considerada de importância estratégica** (MELLO, 1994, p. 36-37, grifos nossos).

Dessa maneira, compreendemos que a temática da avaliação é trabalhada como meio para atingir um padrão desejável de qualidade da educação. Vale lembrar que, quando compreendida pela perspectiva do capital, o termo *qualidade* significa maior eficiência atrelada à redução de custos e cortes de investimentos em diferentes segmentos sociais, inclusive na educação.

Como exposto, na esteira da reestruturação da educação brasileira orientada pelos organismos multilaterais, a avaliação foi contemplada por meio da implantação do “Censo Escolar, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos (Provão)” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 74).

Sob a mesma perspectiva, vale acrescentar que em 2007 foi criado o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculado periodicamente pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, combinando dados sobre aprovação obtidos pelo Censo Escolar, e médias de desempenho obtidas pela ANEB e

ANRESC, isto é, nas avaliações do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

O SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala, a saber:

Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb: abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio [...]. **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil"):** trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal [...]. **A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA:** avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas [...]

A Aneb e a Anresc/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual (BRASIL.INEP, 2016, grifos nossos).

Vale ressaltar que para o cálculo do IDEB são utilizadas as notas da ANEB e ANRESC, portanto, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), não faz parte desse cálculo.

Ao analisarmos a abrangência de tais avaliações, constatamos que a ANA e a ANRESC são avaliações censitárias, enquanto a ANEB é amostral. Essa diferenciação nos leva a entender que há objetivos diferentes nelas, isso porque o caráter censitário revela diretamente o nível específico em que cada unidade escolar se encontra dentro dos padrões de qualidade pré-estabelecidos por seus organizadores, o que possibilita estabelecer rankings entre elas.

Tal dinâmica se processa por meio de duas vertentes. Uma delas dirigida ao trabalho pedagógico do professor que gradativamente se restringe a preparar (treinar) os estudantes para atingirem resultados satisfatórios nas avaliações censitárias externas. A outra pode ser constatada a partir da concessão de bônus (meritocracia) por melhores resultados e maior investimento financeiro em instituições que apresentam os melhores resultados coletivos, asseverando assim, a competitividade entre pares e entre instituições, podendo chegar à institucionalização da gestão do público não estatal ocasionando fragilidades no sistema público estatal para todos.

Assim, vale lembrar que a reestruturação da educação compõe um processo maior de reestruturação do Estado brasileiro fundamentado em princípios difundidos pelo *Consenso*

de *Washington*, com vista a adequá-lo aos novos imperativos do sistema produtivo (acumulação flexível) e financeiro no contexto de mundialização do capital.

Tais análises críticas estão fundamentadas no referencial teórico de autores que desenvolvem pesquisas sobre essa temática, dentre eles: Freitas, H. C. L. (2003). Freitas, L. C. (2011; 2012; 2014). Shiroma; *et. al.* (2008). Shiroma; Evangelista (2011). Shiroma; Moraes; Evangelista (2011).

Diante do exposto, consideramos que há intrínseco a esse processo, a responsabilização dos docentes pelos resultados obtidos nessas avaliações, visto que de maneira direta ou indireta os docentes se veem obrigados a trabalhar seguindo a lógica imposta pela tendência de diminuição média dos salários, concomitantemente aos aumentos salariais fundados no fetiche da meritocracia, ou seja, do pagamento de gratificações por desempenho (bônus salarial) tal qual o é praticado por alguns Estados da Federação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INEP. **SAEB**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/sobre-a-anresc-prova-brasil-aneb>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Certificação docente e formação do educador: Regulação e desprofissionalização**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dez., 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** In: Seminário de Educação Brasileira, 3., Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, fev. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, dez., 2014.

MELLO, Guiomar Namo de. **Escolas eficazes: um tema revisitado**. Brasília: MEC/SEF, 1994.

SHIROMA, Eneida Oto; et al. **Indicadores de qualidade: o fetiche da gestão por resultados**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL (ANPED-Sul), 7., 2008, Itajaí. *Anais...* Itajaí: UNIVALI, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualização nas formas de gestão de professores.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 01, p. 127-160, jan./jun. 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.